CHOQUE DE TRIBUTOS E DE PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS

Gilmar Mendes Lourenço

A fórmula desenvolvida e implantada pelo ministério da fazenda da gestão Temer, visando contornar a incapacidade oficial de reverter a escalada dos desníveis nas contas públicas e o estouro da bastante generosa meta de déficit fiscal, estipulada para 2017, é sugestiva de um esforço improvisado de combate ao incêndio, por meio do emprego de apreciável dose de combustível.

No fundo, no afã de abrandar o descumprimento do objetivo de déficit primário para o corrente ano, retratado na estimativa de ampliação de R\$ 139,0 bilhões para R\$ 145,0 bilhões e provocado por descontrole de gastos e queda de arrecadação, vinculada à recessão, e aproveitando o clima de desinflação, propiciado pela conjugação entre safra recorde de alimentos e anemia dos negócios, o governo federal decidiu, por decreto, sem a necessidade de apoio do congresso nacional, elevar a carga tributária incidente sobre combustíveis, especificamente PIS e COFINS.

Em 20 de julho de 2017, houve substancial aumento do fardo de contribuições por litro dos principais combustíveis que passou de R\$ 0,3816 para R\$ 0,7925, para a gasolina; de R\$ 0,248 para R\$ 0,4615, para o diesel; de R\$ 0,12 para R\$ 0,1309, para o produtor de álcool; e de zero para 0,1964, para o distribuidor de etanol, que foi reduzido para R\$ 0,1109, em 28.07.2017.

Com isso, o staff econômico do planalto calcula a ocorrência de transferência de R\$ 10,4 bilhões, gerados pelo sistema privado (corporações e famílias), destinados à cobertura da exponencial sangria dos cofres públicos, derivada da combinação entre a prevalência de posturas tecnicamente primitivas na confecção da peça orçamentária e da malversação de recursos, sendo esta composta por aprofundamento das interferências políticas e rendição a interesses imediatos, ligados à tentativa de salvação do mandato do presidente da república, depois da divulgação do conteúdo das gravações de conversa acontecida entre o chefe de estado e o empresário Joesley Batista.

Em vez de perseguir a racionalização e melhoria da eficiência dos dispêndios, as autoridades preferiram encaminhar a fatura dos desequilíbrios das finanças públicas, notadamente da União, para a fração mais vulnerável do tecido produtivo e social, especialmente os segmentos intensivos em transporte, já suficientemente penalizados pela explosão do custo Brasil derivada do sucateamento e da multiplicação dos gargalos logísticos do País.

Isso porque, a majoração dos preços administrados, ensejada pelo choque de tributos, carrega apreciável potencial de promoção de desarranjo da estrutura de preços relativos, que foi alinhada, à duras penas, pelo ministro Joaquim Levy, em 2015, com a correção nas tarifas de energia, preços dos combustíveis, transportes urbanos e taxa de câmbio.

Igualmente traz o risco de interrupção da discreta e localizada recuperação econômica, induzida pelo declínio estrutural da inflação e as sucessivas rodadas de cortes dos juros básicos, pelo Banco Central, ainda que amparada nas cadeias do agronegócio, notadamente nos ramos mais articulados ao comércio internacional, beneficiados pela generalizada reativação da economia global e a reação dos preços das commodities alimentares, e na ampliação da informalidade e, por extensão, deterioração da qualidade do mercado de trabalho.

*A elevação de tributos
traz o risco de interrupção
da discreta e localizada
recuperação econômica.*

A propósito disso, conforme a Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF), realizada pelo IBGE, o volume de produção fabril brasileira cresceu 0,5% no primeiro semestre de 2017, em relação ao mesmo período de 2016. Porém, trata-se ainda de fenômeno localizado, envolvendo 51,1% dos 805 produtos acompanhados, e puxado por bens de consumo duráveis (10,0%) e de capital (2,9%), especialmente automóveis (17,1%) e eletrodomésticos (11,2%), e equipamentos para a agricultura (19,6%) e construção (23,8%), cujo desempenho foi influenciado pela impulsão das exportações e do agronegócio.

Ao mesmo tempo, levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI), apurou queda em praticamente todas as variáveis investigadas junto ao empresariado, em igual intervalo. Houve decréscimo de -5,9%, no faturamento real, -3,9%, no emprego, -3,5%, na massa de salários reais, e -3,3%, nas horas trabalhadas na produção.

Já, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego no País caiu de 13,7% da população economicamente ativa (PEA) para 13,0% da PEA, entre o primeiro e o segundo trimestre de 2017. No entanto, o patamar de desocupação da mão de obra ainda supera, em larga escala, os 11,3% da PEA registrados entre abril e junho de 2016. A PNAD também estimou a existência de 13,5 milhões de pessoas sem emprego à procura de trabalho no Brasil.

Enquanto isso, o rendimento médio real da população empregada caiu -1,0%, no intervalo abril-junho de 2017, em relação a janeiro-março do mesmo ano, e subiu 3% frente ao segundo trimestre de 2016, em virtude do consistente declínio da inflação associado à recessão.

Logo, a opção pela esticada da cunha tributária enfeixa condutas e expedientes cômodos, característicos de administrações desprovidas de apoio popular e absolutamente incapazes de perceber os efeitos maléficos decorrentes da operação de um estado que, de um lado, abocanha mais de um terço da renda gerada pela órbita privada (consumidores e empresas), o que representa o maior fardo de impostos e contribuições entre os países de renda média – suplantando em quase 40% a capacidade de suporte da sociedade, conforme algumas inferências internacionais -, e, de outro, disponibiliza serviços públicos, em quantidade e qualidade, semelhantes às nações consideradas de terceiro mundo.

*Há um silêncio sepulcral
acerca de propostas
contemporâneas de
modificação no
arcabouço tributário.*

Enquanto isso, o encaminhamento, discussão e aprovação de uma reforma tributária voltada à diminuição dos gravames indiretos, ou ao barateamento das despesas de consumo e investimento, e à subida da taxação direta sobre aplicações em renda fixa e patrimônio, irrisória em relação aos padrões globais, que, por sinal, favoreceria a minimização das desigualdades na apropriação do produto social, permanece ausente das agendas do governo e do legislativo.

Mais que isso, há um silêncio sepulcral acerca de propostas contemporâneas de modificação no arcabouço tributário, centradas, por exemplo, na instituição de um imposto sobre valor agregado que, operacionalmente, possa eliminar os impactos em cascata do emaranhado formado por IPI, ICMS, ISS, PIS, COFINS e IOF.

Essa postura conservadora vem recebendo o endosso da esfera judiciária, que consome, no Brasil, em proporção do produto interno bruto (PIB), mais de quatro vezes a absorção constatada na média dos integrantes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e outras corporações que, em paralelo à exposição pública de “patos” infláveis, defendem, fervorosamente, a manutenção da contribuição compulsória de 2,5% da folha de salários, para financiar parte das ações do sistema S, e manifestam desaprovação à criação da taxa de longo prazo (TLP) que, dentre outros avanços, deve conferir maior transparência às transações do BNDES.

Convém advertir que, em economias de mercado, qualquer volume adicional de recursos públicos proveniente de recolhimentos de tributos, sem a contrapartida de realização de dietas governamentais, serve apenas para comprometer as ações direcionadas à consolidação, ou ao resgate, no caso brasileiro, do crescimento, ao retirar renda líquida disponível das famílias e suprimir haveres do caixa das organizações produtivas, fazendo desaparecer as disponibilidades planejadas e/ou alocadas para capital de giro e investimentos.

Por fim, o funcionamento do organismo econômico, ainda que em condições de equilíbrio instável, apropriado da física, impõe sintonia fina entre os preços relativos, condição essencial para a sustentação de ciclos de expansão dos níveis de atividade e administração e controle das pressões inflacionárias. O descumprimento de tal exigência exigirá a contratação de serviços de reposicionamento das peças no tabuleiro, ao preço do recrudescimento da inflação e/ou intensificação da recessão.

Partindo do pressuposto de que a exacerbação dos distúrbios políticos no Brasil reflete crenças e, sobretudo, valores da sociedade, urge a formulação e cumprimento de uma agenda de estado absolutamente divorciada das demandas partidárias. Decerto é tarefa para 2019.